

EUROPA



António Costa

Editorial

UM NOVO CICLO

Há nove meses, nas eleições europeias, pedimos um cartão amarelo. Agora os portugueses apresentaram o inevitável cartão vermelho ao PSD/CDS. Foi um ciclo que se encerrou e um novo ciclo que se abre. Em Portugal, mas também na Europa.

Por isso, as eleições em Portugal mobilizaram tanta solidariedade entre os nossos camaradas europeus. Poul Nyrup Rasmussen, Presidente do Partido Socialista Europeu, Martin Schultz, Presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, bem como representantes de vários partidos irmãos, de Jack Lang a Georges Papandreu.

A vitória do PS, confirma a mudança iniciada, faz esta semana há um ano, com a vitória do PSOE. Novos ventos, que muito poderão contribuir para mudanças urgentes no Pacto de Estabilidade, a reafirmação da dimensão social da Estratégia de Lisboa, ou a definição de novas Perspectivas Financeiras que correspondam à ambição que a União revelou no Tratado Constitucional.

Este é o último editorial que assino na Europa. Cedo este espaço à/ao camarada que assumir a chefia da nossa delegação. Espero contudo poder estar convosco na secção a "Europa Vista de Lisboa".

Foi para mim uma grande honra chefiar uma delegação que é seguramente uma das melhores delegações de sempre do PS no Parlamento Europeu. Este é o testemunho que recebi de tantos camaradas europeus, impressionados com a capacidade e qualidade de trabalho revelada pelos nossos Deputados. A todos fico grato pela confiança que em mim depositaram, pela excelente relação que todos temos mantido e o pelo notável trabalho que têm realizado.

Uma palavra de agradecimento também para os colaboradores da Delegação e para as portuguesas que são funcionárias do Grupo Socialista. São um precioso esteio que assegura o prestígio permanente dos socialistas portugueses, de delegação para delegação.

De todos ficarei com muitas saudades. Até um dia !

GARANTIDA CONTINUIDADE DA EXPERIÊNCIA OBTIDA COM AS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

A Comissão Europeia garante que a experiência adquirida nos Programas de Iniciativa Comunitária, designadamente o EQUAL, URBAN II e LEADER +, não será perdida no próximo Quadro Comunitário de Apoio, já que desempenharam um papel insubstituível na dinamização a nível local de agentes públicos e privados em projectos originais e inovadores que deram um importante contributo para o desenvolvimento regional.

Em resposta a uma pergunta da deputada Jamila Madeira, membro da Comissão de Desenvolvimento Regional, a comissária responsável por esta área, a polaca Danuta Hübner, afirma que os Estados-membros e as regiões terão a possibilidade de introduzir, nas suas propostas dos programas operacionais, acções financiadas no âmbito dos antigos Programas de Iniciativa Comunitária. No entanto, importa sublinhar que, segundo a Comissão, esta será sempre uma decisão dos Governos nacionais. A pergunta da deputada Jamila Madeira resulta do facto de tanto o Terceiro Relatório da Coesão Económica e Social como as propostas de regulamentos do FEDER, FSE e FEADER anunciarem o fim daquelas iniciativas comunitárias, colocando-se então o problema da continuidade destes programas e da sua tutela.

A deputada sublinha os resultados bastante positivos daqueles programas, bem como a importância que eles tiveram no envolvimento de associações e agentes públicos e privados e do seu contributo para o desenvolvimento regional.

"Estas programas foram de uma enorme importância para o desenvolvimento local e para dinamizar associações de mais diversa natureza em projectos com características muito originais, que provavelmente nunca teriam sido implementados se não tivessem a sua origem comunitária, sobretudo no que respeita às exigências de inovação, envolvimento de vários parceiros nos projectos, transnacionalidade e de acção integrada presentes nas acções que foram implementadas para combater a exclusão social, reconversão do mundo rural e recuperação de zonas urbanas degradadas", afirma a deputada.

A Comissão Europeia considera que a função exercida por aqueles programas continuará a ser assegurada graças não só ao reforço



do regime de parceria, especialmente nas suas dimensões local e regional, previsto no Regulamento Geral dos Fundos Estruturais, mas também à manutenção da vertente consagrada no programa LEADER no âmbito da futura política de desenvolvimento rural. No regulamento proposto para o Fundo Social Europeu, por exemplo, "foi especialmente assegurada a articulação com o programa EQUAL através de uma vertente consagrada à cooperação inter-regional e transnacional", afirma a comissária.

Refere ainda que, nos termos do futuro Regulamento Geral, as relações de parceria entre as autoridades regionais, locais e urbanas e as restantes entidades públicas competentes, os parceiros económicos e sociais e outros organismos representativos da sociedade civil deverão incidir na preparação, realização, acompanhamento e avaliação dos quadros de referência estratégica e dos programas operacionais.

Os Estados-membros deverão associar cada um dos parceiros adequados, nomeadamente as regiões, às diferentes fases da programação, o que permitirá que os organismos que intervêm a nível local expressem as suas preocupações e objectivos e que estes últimos sejam, assim, tomados em consideração em todas as fases de execução das intervenções comunitárias.

DEPUTADOS EUROPEUS RECEBEM AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Vários representantes da Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo foram recebidos na semana passada pelos deputados Capoulas Santos, Paulo Casaca e Jamila Madeira, com quem participaram num conjunto de reuniões destinadas a alertar a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu para os graves problemas colocados pela situação de seca que se vive em Portugal. Os socialistas portugueses promoveram um encontro com o presidente da Comissão de Agricultura do PE, Joseph Daul, e estiveram na reunião que os representantes dos agricultores

mantiveram com o director-geral da Agricultura da Comissão Europeia, José Manuel Rodríguez.

No final dos encontros, ficou clara a intenção das duas instituições da União de ajudarem à adopção de medidas que permitam atenuar os efeitos da seca extrema em Portugal, cujos prejuízos se estimam neste momento em mais de 100 milhões de euros.

Os dirigentes das Associações de Agricultores, por seu turno, assinalaram a sensibilidade e disponibilidade demonstrada pelo PS e pelos deputados socialistas para estes problemas.

A Europa vista de Portugal

AS QUESTÕES EUROPEIAS



Joel Hasse Ferreira

- 1- Estão em cima da mesa europeia algumas questões de carácter económico e financeiro que têm uma importância decisiva no desenvolvimento dos Estados membros, nomeadamente dos chamados países da coesão, bem como dos países que recentemente integraram a União. Consideremos a que respeita ao novo Quadro Comunitário de Apoio, a reformulação/flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento bem como a discussão da Directiva Europeia dos Serviços, sem falarmos especificamente das Perspectivas Financeiras. Tudo isto se relaciona com a aplicação da Estratégia de Lisboa.
- 2- O resultado da negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio é relevante para o crescimento económico português, mola real de todo o processo de desenvolvimento que se pretende para os próximos anos. Sabemos como Portugal obteve fundos europeus aplicados em áreas chave do desenvolvimento, não se podendo ignorar que um elevado número de novos Estados-membros tem um rendimento "per capita" inferior ao português, sendo candidatos óbvios à nova repartição dos recursos, os quais visam diminuir as desigualdades económicas no espaço da Europa da União e garantir a sua coesão social.
- 3- A alteração das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento está na ordem do dia. Um critério essencial para medir a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento poderá passar a ser o da dívida pública, medida em percentagem do Produto Interno Bruto (e tendo em conta o sentido da sua evolução) e não tanto o do défice do Sector Público Administrativo, sujeitável a manipulações grosseiras do tipo das praticadas por Bagão Félix e Manuela Ferreira Leite. Por outro lado, haverá que ponderar de que forma as despesas dos Estados contribuintes líquidos e os recebimentos de fundos europeus por outros países deverão ou não ser incluídos na análise do défice para efeitos de adequação entre uma estratégia de crescimento e um saudável equilíbrio das finanças públicas.
- 4- Mas fundamental para uma eficaz aplicação da Estratégia de Lisboa é determinar se é lógico penalizar, com as actuais estritas regras do chamado Pacto, os Estados membros que invistam fortemente na modernização e aplicação das tecnologias da informação no tecido empresarial e nos sistemas administrativos, bem como na melhor formação e requalificação das pessoas. Ou se, pelo contrário, se deve considerar fora do cálculo para efeito de aplicação das regras de procedimento dos défices excessivos este tipo de custos correspondentes à estrita aplicação da Estratégia de Lisboa.
- 5- Quanto à questão da Directiva Europeia dos Serviços, interessa entender-se que, a manter-se o texto proposto pela Comissão Europeia, alguns aspectos perturbarão brutalmente a economia de vários Estados membros, abrindo um largo espaço para a concretização de acções de "dumping" social e até ambiental, no quadro da União a 25. Quer na reunião promovida pelos socialistas alemães (SPD) em Berlim (9 Dez 2004) com a participação de parlamentares socialistas de vários países, entre os quais Portugal, quer na reunião de deputados socialistas do Parlamento Europeu e dos Parlamentos Nacionais da União (15/2/2005), ficou clara a predominante oposição ao denominado "princípio do país de origem", nomeadamente na forma como vem formulado na proposta de directiva, ou seja impondo as regras de quem exporta o serviço. Isto conduziria a um apoio aos Estados com regras sociais menos exigentes e à progressiva degradação do modelo social europeu.

DEPUTADOS PREOCUPADOS COM AUMENTO DA ENTRADA DE TÊXTEIS ASIÁTICOS

O enorme aumento da entrada de produtos têxteis oriundos da China sem que a Comissão Europeia tenha, até ao momento, começado a produzir dados sobre as importações nem tomado a iniciativa de implementar orientações sobre o que vai fazer neste domínio, está a preocupar os deputados socialistas Elisa Ferreira e Francisco Assis.

A liberalização do comércio têxtil e do vestuário desde 1 de Janeiro passado em virtude do fim do acordo que terminou com as restrições quantitativas, tornando assim mais vulneráveis à concorrência externa os produtos de origem comunitária, poderá afectar fortemente os produtores europeus, designadamente os portugueses, cujo sector possui uma grande importância em termos de riqueza e de emprego em Portugal.

Na sessão plenária do Parlamento Europeu que se realizou em Estrasburgo em Fevereiro, a deputada Elisa Ferreira, membro das comissões dos Assuntos Económicos e do Comércio Internacional, manifestou a sua preocupação pelo facto da Comissão Europeia "não ter ainda começado a produzir os dados aduaneiros relativos à importação dos têxteis, que poderão permitir o eventual levantamento de medidas de salvaguarda face à invasão de produtos vindos de países como a China".

Neste sentido, lembrou que, entre 1 Janeiro e o final de Fevereiro, as importações de têxteis autorizadas oriundas da China chegaram a atingir um volume sete vezes superior às importações realizadas em 2004. Lamentou, por isso, a falta de linhas orientadoras a nível comunitário e interrogou-se sobre que segurança podem ter os produtores europeus sobre a capacidade da Comissão para agir técnica e politicamente antes que seja demasiado tarde.

Recentemente, a deputada defendeu a adopção de medidas concretas por parte da Comissão no sentido de haver uma vigilância sobre as importações da China, pressionar mercados terceiros como o do Brasil, Índia e China para se abrirem às exportações e



investimentos europeus, de garantir a disponibilidade para activar medidas de salvaguarda dos têxteis europeus, de combate à contrafacção, de defesa da propriedade intelectual e de combate ao dumping social e ambiental no comércio.

Por sua vez, Francisco Assis, membro das Comissão do Comércio Internacional, lembrou no plenário de Estrasburgo a importância que o têxtil e o vestuário têm para alguns países da União Europeia e, particularmente para Portugal, sublinhando a enorme pressão que algumas empresas do sector estão a sentir com a crescente invasão dos produtos têxteis asiáticos.

"Como é que a Comissão Europeia e o Conselho estão a acompanhar este assunto e a que instrumentos estão a recorrer para fazer uma avaliação permanente da situação", perguntou o deputado.

Francisco Assis quis também saber se a Comissão Europeia está disposta a accionar os mecanismos de salvaguarda específica para a protecção das indústrias europeias, tendo em consideração que países como os Estados Unidos o poderão vir a fazer muito proximamente.

OPINIÃO

Perspectivas Financeiras e Globalização

A mais de três meses da cimeira em que poderão ser tomadas decisões relativas às Perspectivas Financeiras de 2007 a 2013, torna-se cada vez mais claro que o possível sucesso dessa cimeira, a ter lugar, se ficará a dever muito à Presidência luxemburguesa.

De variadíssimos pontos de vista o Luxemburgo é o maior beneficiário da integração europeia.

Escolhido para sede da primeira comunidade europeia, a do carvão e do aço, o Luxemburgo continua a albergar variadíssimas instituições, como por exemplo o Parlamento Europeu, que tem aí sedeados grande parte dos seus funcionários. Para além disso, a sua posição central, na convergência de outros quatro Estados Membros, dá-lhe muitas vantagens económicas, incluindo as da fiscalidade específica.

Para além disso, o Luxemburgo, sendo um micro-Estado, tem um invejável nível de coesão interna e uma pequena máquina governativa que leva a que o Primeiro-Ministro seja também o Ministro de Estado e o Ministro das Finanças.

Esta conjugação de factores faz com que o Luxemburgo seja o país com menos interesses específicos a defender nesta discussão orçamental, com mais interesse em que se encontrem soluções e, simultaneamente, melhor apetrechado para globalizar as negociações e encontrar pontos de encontro entre as partes envolvidas.

Foi neste contexto que surgiu a perspectiva de globalizar a discussão das três temáticas que mais preenchem a agenda dos debates políticos europeus, a revisão da estratégia de Lisboa, a revisão das normas de aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento e o futuro orçamento da União Europeia.

É uma estratégia inteligente, e alguns sinais começaram a surgir de que a estratégia pode vir a dar bons resultados, nomeadamente o facto de a Alemanha – país charneira do chamado clube do 1%, ou seja, dos países que pretendem que o orçamento comunitário seja reduzido a 1% do rendimento europeu, que são para além da Alemanha, a França, o Reino Unido, os Países Baixos, a Áustria e a Suécia – ter já feito saber publicamente que a flexibilização das regras orçamentais do pacto poderiam ser decisivas para que este país desse a sua concordância ao próximo quadro financeiro.

Estes Estados, apesar de estarem unidos na vontade de reduzir o orçamento, estão divididos em relação a tudo o resto: a França quer que a despesa agrícola saia intocada, a Alemanha não está interessada em ver as suas regiões de Leste sofrerem cortes nas ajudas que lhes estão destinadas e o Reino Unido não quer ouvir falar em acabar com o famoso cheque que recebe em função das decisões de 1984 em Fontainebleau, e é por isso que eles gostariam de ver a Comissão a assumir a revisão da sua proposta orçamental, encontrando assim uma forma de resolver o assunto.

Um sucesso em Junho não pode portanto ser feito apenas à custa do Luxemburgo, ele vai requerer um grande empenhamento da Comissão Europeia na sustentação da sua proposta, sem ceder aos objectivos dos Estados Membros do clube do 1%.



Paulo Casaca

MAIS QUALIDADE PARA A JUSTIÇA PENAL NA EUROPA

No passado dia 23 de Fevereiro de 2004, o Parlamento Europeu aprovou por esmagadora maioria a proposta de recomendação do Eurodeputado António Costa, relativa ao reforço da Qualidade da Justiça Penal na Europa.

Através desta iniciativa, António Costa logrou marcar a agenda da própria Comissão Europeia, em matéria de Justiça.

O largo apoio conquistado no Parlamento Europeu (incluindo, junto dos principais grupos políticos como o Partido Popular Europeu, a Aliança dos Democratas e Liberais Europeus, os Verdes e a Esquerda Unida) contribuiu para a obtenção do apoio do Comissário da Justiça e Assuntos Internos, Franco Frattini, que assumiu publicamente o compromisso de apresentar uma Comunicação sobre o tema até ao fim de 2005, bem como propostas legislativas concretas até ao fim do primeiro semestre de 2006.

A recomendação aprovada assenta no pressuposto de que a construção de um verdadeiro Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça depende, por um lado, do reconhecimento mútuo das decisões judiciais proferidas em cada um dos Estados-Membros e, por outro lado, da progressiva harmonização das legislações nacionais.

Deste modo, a recomendação começa por propor a adopção de uma Carta da Qualidade da Justiça Penal na Europa. Nela serão incluídas as traves-mestras de um sistema jurisdicional eficiente, democrático e respeitador dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus.

Para além disso, a Carta da Justiça Penal servirá de parâmetro de referência a um mecanismo de avaliação mútua, a assegurar pelos governos nacionais, em colaboração com os parlamentos nacionais, a Comissão e o Parlamento Europeu. Julga-se que a possibilidade de avaliar o grau de qualidade dos sistemas jurisdicionais nacionais contribuirá para a percepção das ineficiências de cada um desses sistemas, bem como das naturais disparidades entre os níveis de protecção de cada um dos Estados-Membros.

Mas a recomendação proposta por António Costa não se limita a

reforçar a confiança recíproca entre os diversos Estados-Membros. Consciente de que o reforço do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça só será obtido mediante a aproximação de algumas disposições normativas nacionais, a recomendação propõe que o Conselho, mediante proposta da Comissão, aprove novos actos legislativos em áreas como:

- i. Obtenção e valoração da prova;
- ii. Transferência de reclusos para cumprimento de penas no Estado-Membro de residência;
- iii. Execução de penas não privativas da liberdade no Estado-Membro de residência;
- iv. Execução de medidas de coacção no Estado-Membro de residência;
- v. Direitos mínimos dos reclusos em qualquer Estado-Membro;
- vi. Reincidência para actos que já tenham sido objecto de medidas de harmonização;
- vii. Regime das declarações de vítimas e testemunhas.

Após a sua aprovação pelo plenário de Estrasburgo, a recomendação apresentada por António Costa será enviada ao Conselho, ficando a aguardar que a Comissão Europeia apresente a competente proposta legislativa.

O alargamento da União Europeia e a internacionalização das organizações criminais exige uma tomada de posição inequívoca quer pelas instituições europeias, quer pelos governos nacionais. Caso os decisores políticos europeus estejam sinceramente comprometidos com a promoção da qualidade da Justiça Penal, é indispensável que a batalha por um verdadeiro Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça possa ter um desfecho satisfatório, assegurando que todos os cidadãos europeus beneficiam de um nível idêntico de protecção, independentemente da sua nacionalidade ou do seu local de residência.

Visto de Bruxelas

CONTRA AS DESGRAÇAS, LUTAR E COMBATER - GOVERNAR!



Fausto Correia

O Relatório de 2004 da Junta Internacional de Fiscalização de Estupefacientes (JIFE) acaba de revelar que 5% da cocaína apreendida a nível mundial é interceptada em Portugal e em Espanha.

A JIFE calcula que cerca de 200 toneladas de cocaína cheguem

anualmente à Europa, onde o *ecstasy* atinge as maiores percentagens do mundo e o *cannabis* a droga ilícita mais utilizada (28,8 milhões de europeus, 5,8% da população, consumiu *cannabis* nos últimos 12 meses!).

Por outro lado, um relatório do Centro de Investigação Innocenti, para a UNICEF, divulgou recentemente que 15,6% das crianças portuguesas vivem numa situação de pobreza, o que coloca a nossa entre as nações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com maior taxa de pobreza infantil.

Se o México, com 27,7%, é o país que apresenta maior taxa, já a Dinamarca (2,4%) e a Finlândia (2,8%) são os países que registam menores taxas de pobreza infantil. O referido estudo sublinha que na Finlândia a actuação do Estado permite baixar a taxa de pobreza entre as crianças de 18,1% para 2,8%, enquanto que em Portugal a diminuição, por via da acção estatal, é de apenas 0,8%, de 18,4 para 15,6%!

Mas o rol de desgraças não pára! O sangue continua a correr nas estradas portuguesas: quatro jovens morreram na zona do Alandroal; dois bombeiros de Soure, mais uma acompanhante, sucumbiram perto de Condeixa; uma colisão no IP5, na zona das Talhadas, provocou a morte de um dos motoristas. Etc, etc.

E a desgraça continua! Devido ao frio que se faz sentir em Portugal e de entre vários casos de hipotermia severa devido à exposição prolongada ao frio, um homem de 92 anos faleceu no Hospital Distrital de Évora. E quantos sem-abrigo, de norte a sul de Portugal, não conseguiram suportar a vaga de frio?!...

E chegam-nos notícias de mais desgraças: quatro bombeiros da minha Coimbra perderam a vida num fogo florestal em Mortágua e um outro "soldado-da-paz" de Guimarães morreu no combate a um incêndio urbano. Mas há (ainda) mais: um sacerdote católico publicou um anúncio participando "aos interessados" a sua recusa em dar a comunhão aos católicos que usam meios contraceptivos, recorrem à reprodução assistida ou aceitam a actual lei em vigor sobre o aborto. Sem comentários...

É neste contexto que se compreende o elevado consumo de anti-depressivos em Portugal, que, segundo um alerta das Nações Unidas, deve ser considerado um problema de saúde pública. Pudera...

É ainda neste enquadramento que se pode gizar parte da agenda política do Governo de José Sócrates, do PS e das "Novas Fronteiras": a luta contra a toxic dependência e o tráfico de estupefacientes; o combate à pobreza, seja infantil seja a dos idosos, com a erradicação dos sem-abrigo; o problema da sinistralidade rodoviária; a modernização da Administração Pública, visando mais eficácia e mais eficiência; a reorganização dos Serviços de Protecção Civil; o ataque ao preconceito e ao obscurantismo; a defesa de um Serviço Nacional de Saúde "geral, universal e tendencialmente gratuito", que de maneira não despesista sirva atempadamente todos os portugueses.

A tarefa, como sempre, é hercúlea – mas está naturalmente ao alcance de homens e mulheres competentes, determinados, sérios, empenhados, consequentes, corajosos. A política não é, definitivamente, o reino dos "super-homens".



CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

António Costa - Presidente da Delegação Socialista; Vice-presidente do Parlamento Europeu; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Mercado Interno e Protecção dos Consumidores

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Edite Estrela - Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elsa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão do Emprego e Assuntos Sociais; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos

Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego e Assuntos Sociais

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.psp.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

GRUPO SOCIALISTA FELICITA SÓCRATES

A vitória do secretário-geral do PS, José Sócrates, nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro representa um feito "extraordinário" e tem "uma enorme importância para a luta dos socialistas europeus a favor de uma Europa mais justa, com mais empregos e maior coesão social", afirmou o presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, Martin Schultz, durante uma reunião em Estrasburgo. Schultz felicitou o PS "pelo excelente resultado obtido".

POR UMA VERDADEIRA POLÍTICA ENERGÉTICA

A União Europeia deve criar uma verdadeira política energética, como condição essencial para o desenvolvimento do próprio Mercado Interno, considerou o deputado Manuel dos Santos na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, durante a discussão do seu parecer sobre a segurança no fornecimento de electricidade e o investimento em infraestruturas eléctricas. Para o deputado é indispensável e prioritário que haja uma harmonização fiscal e tarifária neste sector a curto prazo. O parecer de Manuel dos Santos será agora encaminhado para a Comissão Parlamentar de Indústria, que vai discutir a matéria de fundo.

PROIBIÇÃO DE MINAS ANTI-PESSOAIS

A deputada Ana Gomes vai organizar uma jornada de sensibilização sobre a Convenção que interdita o uso de minas anti-pessoais, depois de para isso ter sido designada pela Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, da qual é vice-presidente. A iniciativa, que vai realizar-se em Março, destina-se a sensibilizar todos os países, sejam ou não membros da União Europeia, a ratificarem aquela Convenção. Esta iniciativa surge na sequência da Conferência de Revisão da Aplicação da Convenção, que se realizou em Nairobi, Quênia, em Dezembro de 2004.

ALTERAÇÃO AOS APOIOS PARA ULTRAPERIFÉRIAS

A alteração do regime de apoios comunitários à agricultura das regiões ultraperiféricas é a matéria do parecer que o deputado Emanuel Jardim Fernandes irá elaborar para a Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu. A escolha do deputado ocorre após a nomeação de outros dois eurodeputados, Paulo Casaca e Francisco Assis, como relatores para o mesmo tema, respectivamente nas comissões dos Orçamentos e do Comércio Internacional. A proposta legislativa que será objecto de parecer propõe a introdução de alterações significativas aos regimes actuais do Programa de Opções Específicas para o Afastamento e a Insularidade.

REFORMULAR PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

As comissões do Comércio Internacional e dos Assuntos Económicos e Monetários adoptaram um conjunto de propostas de emenda apresentadas pela deputada Elisa Ferreira, no sentido do Parlamento Europeu assumir uma posição clara na defesa de que as perspectivas financeiras para o próximo Quadro Comunitário de Apoio se situem ao nível de 1,24 do Rendimento Nacional Bruto da União, de fazer o reajustamento de sete para cinco anos da vigência do QCA e ainda pôr em evidência a importância da política de coesão e a necessidade da sua articulação estreita com a Estratégia de Lisboa.

EDITE ESTRELA NA ONU

A deputada Edite Estrela representou na semana passada o Grupo do PSE na 49ª Sessão da Comissão da ONU para a Condição da Mulher, que decorreu em Nova Iorque entre 28 de Fevereiro e 11 de Março. O principal tema da agenda da reunião foi a análise da aplicação da Declaração e do Programa de Acção de Pequim sobre os Direitos da Mulher no Mundo.

SOCIALISTAS INSTITUEM PRÉMIO PROFESSOR ANTÓNIO SOUSA FRANCO



Foi numa cerimónia com alguma emotividade que decorreu, no Auditório da Faculdade de Direito de Lisboa, na passada sexta-feira, a apresentação do "Prémio Professor António Sousa Franco", destinado a incentivar a investigação sobre a integração europeia e o Direito Comunitário, bem como a sua divulgação.

A criação deste prémio, que será anualmente atribuído a duas categorias distintas ("Formação" e "Investigação") é uma iniciativa do Grupo Socialista Português no Parlamento Europeu e tem a colaboração da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Direito da Universidade Católica e da Livraria Almedina.

"Este prémio é uma homenagem devida ao homem que liderou a lista do PS ao Parlamento Europeu, um homem que teve uma carreira múltipla de cidadão empenhado na intervenção cívica e de académico", disse o presidente da Delegação Socialista Portuguesa no PE, António Costa. "É uma homenagem sentida por parte daqueles que com ele viveram os últimos três meses da sua vida", disse. Também os professores Paulo Otero e Rui Medeiros, das faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica, salientaram as qualidades do Professor Sousa Franco e consideraram o prémio "uma iniciativa de grande mérito que honra o homem ímpar". "Quanto maior for o grau de exigência científica,

mais o prémio será valorizado", afirmou o professor Paulo Otero. O Reitor da Universidade de Lisboa, Barata Moura, afirmou tratar-se de "um acto de profundo significado, já que se trata de um compromisso de anos". Barata Moura destacou a dimensão afectiva do professor Sousa Franco e disse que o prémio instituído era uma forma de "perpetuar a figura do mestre e do amigo".

Presente esteve também Matilde Sousa Franco que agradeceu, comovida, considerando a instituição do Prémio "uma ideia maravilhosa que o meu marido muito teria apreciado". O Prémio Professor Sousa Franco destina-se a licenciados em Direito com menos de 35 anos com nacionalidade portuguesa ou que residam em Portugal ou tenham obtido a licenciatura ou formação pós-graduada numa instituição de ensino superior portuguesa.

Na categoria "Formação", o prémio terá uma componente monetária de 2.500 euros e assegura a publicação do trabalho inédito na revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Na categoria "Investigação", o Prémio será de 5.000 euros mais a sua divulgação em edição monográfica na colecção "Prémio Professor Sousa Franco".

O Prémio será entregue em cerimónia pública em 21 de Setembro de 2005.

CAPOULAS QUER MAIS SOLIDARIEDADE PARA PESCADORES ASIÁTICOS



A proposta da Comissão Europeia de autorizar a doação de embarcações da frota comunitária destinadas a abate aos pescadores asiáticos afectados pelo "tsunami" de 26 de Dezembro, foi considerada pelo deputado Capoulas Santos como "uma resposta que testemunha a não indiferença da União Europeia perante a tragédia asiática e que deve ser apoiada, mas que é algo limitada, de curto prazo e pouco mais que simbólica".

O deputado lembrou que foram destruídos milhares de barcos que dificilmente serão substituídos por esta acção em que são atribuídas apenas algumas dezenas de embarcações. Para Capoulas Santos existem também dúvidas "quanto à adequação dos barcos à realidade a que se destinam, assim como quanto à operacionalização da proposta, que será difícil e custosa, sobretudo no que se refere ao transporte das embarcações para a Ásia". Por estas razões, defendeu que se deveria antes "conceder um apoio adequado à construção e reconstrução de embarcações, no local, em especial no que diz respeito aos pequenos barcos e utensílios artesanais apropriados aos tipos de pescarias ali praticados". "Só assim a solidariedade europeia poderá ir mais longe", concluiu.